



BAESA – Energética Barra Grande S.A.

Rua Mariante, 284 – cj. 501 – Porto Alegre – RS

CNPJ nº 04.781.143/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2003

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, em atendimento às disposições legais e estatutárias, o Relatório da Administração da BAESA – Energética Barra Grande S.A., em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2003, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Mensagem da Diretoria

A construção do Empreendimento Usina Hidrelétrica Barra Grande se reveste de grande importância, tanto pela crescente necessidade de energia elétrica para suportar o desejado crescimento econômico do País, como também pela geração de milhares de empregos diretos e indiretos e a consequente inserção social de uma população regional carente de todo o tipo de infra-estrutura.

Cumprir sempre destacar a completa nacionalização das tecnologias construtivas, dos materiais e dos equipamentos empregados na Obra.

De fato, um empreendimento de grande porte, se por um lado causa impactos na vida das pessoas que vivem na região, por outro lado, em decorrência da rigorosa política da BAESA em atendimento às questões socioeconômicas, promove um incremento significativo na melhoria da qualidade de vida desta mesma população.

Os programas sociais em desenvolvimento, através de convênios com todos os municípios e comunidades atingidas resultam em investimentos na área de saúde, educação, segurança, as indenizações, os reassentamentos das famílias que de alguma forma obtinham seu sustento na área atingida, a preservação e a exposição da memória cultural e do patrimônio histórico, são alguns exemplos desta determinação da BAESA em cumprir com sua responsabilidade social.

De maneira equivalente, a preservação e a recuperação dos recursos naturais impactados pela construção do Empreendimento foi objeto de extenso plano denominado PBA – Plano Básico Ambiental, que vem sendo cumprido à risca pela BAESA. Ações como reflorestamento, monitoramento e salvamento de fauna, estações sismológicas, estações climatológicas, cursos e palestras de educação ambiental, demonstram a verdadeira atitude cidadã adotada pela BAESA quanto à questão ambiental, tendo a Empresa gasto, até 31 de dezembro, R\$ 68 milhões, visando mitigar os impactos sócio ambientais.

O atendimento e o cumprimento a todas as normas e preceitos dos órgãos licenciadores e fiscalizadores de meio ambiente e socioeconomia têm tornado a UHE Barra Grande paradigma para futuros empreendimentos de grande porte.

Apesar do grande esforço da BAESA no sentido de mitigar os impactos causados pelo empreendimento, esforço este que pode ser medido pelos sucessivos acréscimos no Orçamento de gastos sócio ambientais, a Empresa não pode, e não deve, substituir o Estado em suas funções básicas e atender a todos os anseios que, embora legítimos, não têm origem e motivação no Empreendimento.

A disposição da BAESA em esclarecer e dialogar com autoridades e segmentos organizados da sociedade tem evitado conflitos de resultados indesejáveis, em que pese sempre a grande pressão que estes empreendimentos sofrem por parte destes movimentos de natureza social e política.

Nossa mensagem final é de otimismo e confiança e com a certeza de que o Empreendimento será levado a bom termo, cumprindo seu papel de contribuir para o crescimento do Brasil.

Situação do Empreendimento

O cronograma das obras para implantação da Usina Hidrelétrica Barra Grande está adiantado em relação aos prazos contratados junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, observando todos os procedimentos necessários à adequada execução do empreendimento.

A entrada em operação da 1ª unidade geradora, originalmente prevista no Contrato de Concessão para fevereiro de 2007, está prevista para outubro de 2005, a 2ª unidade geradora para janeiro de 2006 e a 3ª unidade geradora para abril de 2006.

Quando concluída, a UHE Barra Grande terá potência instalada de 690 MW. A energia assegurada é de 380,6 MW, ou seja, com produção anual de 3.334.056 MWh/ano, equivalente ao consumo residencial de cinco milhões de pessoas.

O progresso físico global do Empreendimento, que representa a composição dos avanços do Contrato EPC, ações Sócio-Ambientais e Administração do Proprietário, atingiu 61,1% ao final do exercício. O avanço financeiro foi de 64,5%.

O IBAMA, órgão ambiental responsável pelo licenciamento da obra, emitiu a LP – Licença Prévia em dezembro de 1999 e a LI – Licença de Instalação em junho de 2001, tendo sido iniciadas as obras e os programas ambientais em julho de 2001.

O PBA – Projeto Básico Ambiental definiu 6 grandes Programas Ambientais, integrados por 26 projetos relacionados aos meios socioeconômico, físico e biótico. Estes programas já se encontram em implantação.

Os 6 (seis) programas:

- Socioeconômico e Cultural
- Hidrologia, Climatologia e Qualidade da Água
- Geotecnologia
- Meio Biótico
- Meio Físico
- Gerencial

No que tange ao Programa Socioeconômico e Cultural, foram identificadas 842 famílias e 702 imóveis diretamente atingidos pela formação do futuro reservatório.

As famílias podem optar pelas seguintes modalidades de remanejamento:

- Reassentamento rural coletivo
- Auto reassentamento (Carta de Crédito)
- Indenização em dinheiro
- Permuta
- Reassentamento em áreas remanescentes

Nas modalidades de reassentamento, em local escolhido pelas famílias, além de adquirir a terra, a BAESA é responsável por dotar o local de toda a infra-estrutura necessária, a saber: perfuração de poços, rede de distribuição de água, rede de distribuição de energia elétrica, construção de benfeitorias unifamiliares, telefonia, assistência financeira para o preparo do solo e apoio à safra, além de assistir financeiramente as famílias até a colheita da 1ª safra.

A BAESA também é responsável por diversas atividades de resgate do patrimônio histórico-cultural, do patrimônio arqueológico e do patrimônio paisagístico, como por exemplo, inventário cultural, educação patrimonial, produção e organização de acervo fotográfico, produção de material de divulgação e educação patrimonial e cultural.

A BAESA está realizando também diversas atividades de mitigação dos impactos sobre o meio biótico e físico, através de trabalhos de educação ambiental, saúde, a problemática do lixo, resgate da fauna e flora e monitoramento dos aquíferos.

A BAESA tem como procedimento permanente esclarecer e informar à população atingida e à comunidade em geral, através de programas de rádio, notícias enviadas aos meios de comunicação, além de participação em eventos municipais, mostrando o progresso e desenvolvimento que a UHE Barra Grande trará para a região e seus moradores.

A BAESA construiu e equipou com recursos áudio visuais, maquetes, auditórios, mobiliário, os Centros de Atendimento Sócio-Ambiental (CASAs), sendo um localizado em Pinhal da Serra no Rio Grande do Sul e outro em Anita Garibaldi em Santa Catarina. Tais centros possuem permanentemente uma equipe treinada para apresentar os programas ambientais, socioeconômicos e o projeto da Usina à população, escolas, universidades e visitantes em geral, sendo valiosos instrumentos para integração com a sociedade, utilizados para o desenvolvimento de atividades dos programas sócio-ambientais, bem como para eventos sociais, educacionais e comunitários.

Em decorrência de acordos firmados com os municípios da área de abrangência do empreendimento, são realizadas diversas atividades nas áreas de saúde, segurança e educação, como por exemplo, ampliação de escolas e centros de saúde, aquisição de veículos e computadores, melhoria de estradas de acesso, construção de postos policiais e perfuração de poços.

Estrutura de Financiamento

Os recursos necessários à construção da UHE Barra Grande originam-se das seguintes fontes:

- 1- Recursos próprios dos Acionistas, já integralmente aportados.
- 2- Financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de R\$ 460 milhões dos quais R\$ 331 milhões já liberados até o encerramento do exercício.
- 3- Debêntures simples, no valor de R\$ 460 milhões, ou uma combinação de debêntures e outras formas de financiamento, complementarão os recursos necessários à conclusão do empreendimento.

Agradecimentos

Agradecemos aos senhores acionistas, autoridades e órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, fornecedores de bens e serviços, diretores e colaboradores pela confiança, dedicação e empenho, fatores determinantes para o alcance dos objetivos da BAESA.

Porto Alegre, 20 de abril de 2004.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO	2003	2002	PASSIVO	2003	2002
	(Não auditado)			(Não auditado)	
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	506	377	Fornecedores	24.585	24.686
Aplicações financeiras	110.692	434	Empréstimos com partes relacionadas	77.769	21.564
Contas a receber	2.580	10.607	Impostos a recolher	388	3
Outros créditos	1.033	21	Total do circulante	102.742	46.253
Total do circulante	114.811	11.439	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
			Empréstimos e financiamentos	344.696	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Capital social
Saldo em 31 de Dezembro de 2001 (Não Auditado)	400
Subscrição e integralização de capital, através da incorporação do acervo líquido do Consórcio GEAB em 19 de dezembro de 2002	306.892
Saldo em 31 de Dezembro de 2002 (Não Auditado)	307.292
Subscrição e integralização de capital, através da conversão de créditos de acionistas	91.089

ATIVO	2003	2002
		(Não auditado)
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	506	377
Aplicações financeiras.....	110.692	434
Contas a receber	2.580	10.607
Outros créditos	1.033	21
Total do circulante.....	114.811	11.439
PERMANENTE		
Imobilizado.....	738.048	342.106
TOTAL.....	852.859	353.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(a) A Sociedade

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA" ou "Sociedade"), atualmente em fase pré-operacional, tem como objeto social explorar, na qualidade de concessionária, o Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande ("AHE Barra Grande"), localizado no Rio Pelotas, divisa dos municípios de Pinhal da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul, e Anita Garibaldi, no Estado de Santa Catarina, submetendo-se, para tanto, às regras do Contrato de Concessão nº 036/2001-ANEEL e seus aditivos ("Contrato de Concessão") e às normas regulamentares aplicáveis.

A BAESA tem sede em Porto Alegre - RS, tendo sido constituída em 27 de setembro de 2001, sub-rogando-se nos direitos e nas obrigações do Grupo de Empresas Associadas de Barra Grande ("Consórcio GEAB"), decorrentes do Contrato de Concessão.

Em 19 de dezembro de 2002, o acervo líquido contábil do Consórcio GEAB foi incorporado ao patrimônio líquido da Sociedade com o propósito de abrigar o financiamento para a construção da UHE Barra Grande, sob a forma de "Project Finance", com garantias corporativas proporcionais por parte dos acionistas, durante a fase de construção, e com garantias dos contratos de compra e venda de energia, durante a fase de operação.

A composição do acervo líquido contábil do Consórcio GEAB incorporado pela Sociedade é como segue:

Descrição	R\$
Caixa e bancos.....	29
Contas a receber.....	2.795
Contas a receber - BEGESA	12.688
Construções em andamento	324.181
Total de ativos.....	339.693
Fornecedores.....	32.767
Impostos a recolher.....	34
Total de passivos.....	32.801
Acervo patrimonial.....	306.892

(b) Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão, assinado em 14 de maio de 2001, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento será utilizada ou comercializada pela Sociedade, com vigor por prazo de 35 anos contados a partir dessa data, podendo ser prorrogado, desde que a Sociedade assim o requeira, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

O Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de uso do bem público, do 7º ao 35º ano de concessão o valor anual de R\$ 8.001 na data do contrato (R\$ 11.645 em 31 de dezembro de 2003), sendo este valor atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M.

Como garantia do cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão, os acionistas contrataram fianças bancárias de acordo com os seguintes marcos:

	Valor – R\$
Assinatura do Contrato de Concessão.....	52.200
Início da concretagem da casa de força.....	40.000
Descida do rotor da 1ª turbina.....	25.000

(c) AHE Barra Grande

O AHE Barra Grande terá potência instalada de 690 MW, em um conjunto de três máquinas, estando previsto para outubro de 2005 o início de operação comercial da primeira máquina. Os trabalhos de implantação dos programas sócio-ambientais prosseguem com o objetivo de atender ao cronograma, que prevê a permissão para enchimento do reservatório até 10 de novembro de 2004, conforme marco contratual, atualmente esta data está sendo objeto de revisão por parte da diretoria da BAESA junto ao Consórcio Construtor (Unebar). O empreendimento possui as licenças e autorizações necessárias à sua implantação, seguindo as exigências requeridas pelos órgãos regulamentadores.

(d) Acordo de Acionistas

Conforme Acordo de Acionistas, determinou-se que, após ter sido integralmente implantado o empreendimento e terem sido integralmente liquidadas todas as obrigações e financiamentos contraídos para a construção da UHE Barra Grande, poderão os acionistas deliberar por uma das seguintes opções:

1) Manutenção da Sociedade para realizar a operação e manutenção da UHE Barra Grande por prazo determinado ou indeterminado.

2) Aquisição de todas as ações pela Sociedade para seu cancelamento, com exceção das ações de propriedade do acionista Alcoa Alumínio S.A.

3) Resgate das ações pela Sociedade, com exceção daquelas de propriedade do acionista Alcoa Alumínio S.A., com a consequente e proporcional redução do capital social.

4) Redução, pura e simples, do capital social da Sociedade, proporcional à sua parte não titulada pela Alcoa Alumínio S.A., com restituição aos demais acionistas do valor das ações por eles respectivamente tituladas.

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que, na eventualidade de falência

PASSIVO	2003	2002
		(Não auditado)
CIRCULANTE		
Fornecedores.....	24.585	24.686
Empréstimos com partes relacionadas	77.769	21.564
Impostos a recolher	388	3
Total do circulante.....	102.742	46.253
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos.....	344.696	-
Provisão para contingências e honorários advocatícios	7.040	-
Total do exigível a longo prazo.....	351.736	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social.....	398.381	307.292
TOTAL.....	852.859	353.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão assim representadas:

	Remuneração	2003	2002
			(Não auditado)
Pós-fixadas:			
CDB	100% a 101,50%	100.098	434
do CDI		10.594	-
Total.....	85% do CDI	110.692	434

As aplicações financeiras estão disponíveis para uso imediato, se tal for necessário.

5. CONTAS A RECEBER

	2003	2002
	(Não auditado)	
Barra Grande Energia S.A. – BEGESA.....	-	7.951
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.....	870	2.656
Empresas relacionadas (*).....	1.672	-
Outras contas a receber.....	38	-
Total.....	2.580	10.607

6. IMOBILIZADO

Imobilizações em curso	2003	2002
		(Não auditado)
Terrenos.....	9.026	1.199
Obras civis.....	435.644	199.513
Equipamentos.....	103.817	54.347
Projeto executivo.....	24.671	16.048
Serviços preliminares.....	16.015	16.015
Seguros.....	10.932	9.908
Montagem eletromecânica.....	9.934	1.804
Meio ambiente.....	58.790	27.310
Administração da obra (*).....	26.610	11.128
Receitas financeiras.....	(5.911)	(212)
Despesas financeiras.....	40.756	2.047
Provisão para contingências cíveis.....	4.613	-
Outros.....	3.151	2.999
Total.....	738.048	342.106

(*) Refere-se a contratos de prestação de serviços de consultoria relacionados à administração do projeto, incluindo aspectos legais, tributários e contábeis.

De acordo com o Contrato de Concessão, no prazo final da concessão, todos os bens e instalações vinculados à UHE Barra Grande passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados em auditoria da ANEEL.

7. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Sociedade mantém transações com partes relacionadas referentes, principalmente, ao fornecimento de bens e serviços para a construção do empreendimento. Essas transações são mantidas em condições usuais de mercado e são sumarizadas no quadro a seguir:

	Contas a receber		Fornecedores (b)		Empréstimos com partes relacionadas (c)	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
		(Não auditado)		(Não auditado)		(Não auditado)
(a) auditado)						
Alcoa Alumínio S.A.....	708	-	-	-	32.831	7.634
Camargo Corrêa Cimentos S.A. (d).....	416	-	-	-	7.002	1.272
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.....	-	-	17.054	21.101	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio.....	249	-	-	-	11.649	-
DME Energética Ltda.....	151	-	-	-	6.868	1.907
Barra Grande Energia S.A. – BEGESA.....	148	7.951	-	-	19.419	10.751
Total.....	1.672	7.951	17.054	21.101	77.769	21.564

(a) Valores referentes ao Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre os empréstimos de empresas relacionadas captados pela Sociedade e por ela recolhidos. Esses valores serão reembolsados pelos acionistas.

(b) Valores referentes às últimas medições a pagar à Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. por conta e ordem do Consórcio Construtor (Unebar).

(c) Os empréstimos com partes relacionadas foram efetuados com a finalidade de cobrir despesas e custos de construção e implantação da UHE Barra Grande, antes da entrada dos recursos de financiamento do BNDES. A esses empréstimos são aplicados encargos financeiros à taxa de 105% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI.

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2003	2002
		(Não auditado)
Capital social		
Saldo em 31 de Dezembro de 2001 (Não Auditado).....		400
Subscrição e integralização de capital, através da incorporação do acervo líquido do Consórcio GEAB em 19 de dezembro de 2002.....		306.892
Saldo em 31 de Dezembro de 2002 (Não Auditado).....		307.292
Subscrição e integralização de capital, através da conversão de créditos de acionistas.....		91.089
Saldo em 31 de Dezembro de 2003.....		398.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2003	2002
		(Não auditada)
ORIGENS DE RECURSOS		
Dos acionistas:		
Subscrição e integralização de capital.....	91.089	306.892
De outras fontes:		
Empréstimos e financiamentos.....	330.968	-
Total das origens.....	422.057	306.892
APLICAÇÃO DE RECURSOS		
No imobilizado.....	375.174	342.106
Total das aplicações.....	375.174	342.106
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....	46.883	(35.214)
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante:		
No fim do exercício.....	114.811	11.439
No início do exercício.....	11.439	400
Total.....	103.372	11.039
Passivo circulante:		
No fim do exercício.....	102.742	46.253
No início do exercício.....	46.253	-
Total.....	56.489	46.253
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....	46.883	(35.214)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os valores liberados pelo BNDES, atualizados em 31 de dezembro de 2003, montam a R\$ 38.802, R\$ 152.555 e R\$ 153.339, referentes aos subcréditos A, C e E, respectivamente.

Sobre o principal da dívida, decorrente dos subcréditos A, B, C e D, incidirão juros de 3,125% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, considerando que:

- Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder essa taxa será capitalizado junto ao saldo devedor, sendo liquidado na forma do principal, incidindo sobre essa parcela os mesmos encargos do financiamento do principal.

Sobre o principal da dívida, decorrente do subcrédito E, incidirão juros à taxa de 3,125% ao ano acima da taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. Os juros serão calculados dia a dia pelo sistema proporcional, capitalizados no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2006, e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de novembro de 2006, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e o vencimento ou na liquidação do contrato.

Ainda com relação ao subcrédito E, a Sociedade obriga-se a pagar ao BNDES, a título de reembolso de despesa com imposto de renda, percentual que corresponde à taxa média ponderada de imposto de renda devido sobre os encargos remetidos pelo BNDES aos credores de recursos externos. O saldo devedor proveniente desse subcrédito será atualizado diariamente pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse. A amortização será feita em 144 parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida de cada subcrédito, dividido pelo número de prestações de amortização vincendas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de novembro de 2006 e a última em 15 de outubro de 2018.

As parcelas de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	R\$
2006.....	7.445
2007.....	28.725
2008.....	28.725
2009.....	28.725
Após 2009.....	251.076
Total.....	344.696

Para garantir quaisquer obrigações decorrentes desse contrato foram penhoradas, a favor do BNDES, as ações da Sociedade e os direitos emergentes da concessão, compreendendo os direitos decorrentes da venda de energia a ser produzida pela Sociedade.

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Está representada como segue:

	2003	2002
Provisão	Depósito judicial	Provisão
		Depósitos judiciais
(a)	(b)	(b)
Cíveis.....	7.040	6.599

(a) Provisão referente a ações de proprietários cujas terras serviram de passagem para linha de distribuição e instalação de servidão aérea, no montante de R\$ 2.640 em 31 de dezembro de 2003, e a processos dos proprietários desapropriados, no montante de R\$ 1.973 em 31 de dezembro de 2003, além de honorários e custos advocatícios no montante de R\$ 2.427 em 31 de dezembro de 2003. Com base na

Grande por prazo determinado ou indeterminado.
 2) Aquisição de todas as ações pela Sociedade para seu cancelamento, com exceção das ações de propriedade do acionista Alcoa Alumínio S.A.
 3) Resgate das ações pela Sociedade, com exceção daquelas de propriedade do acionista Alcoa Alumínio S.A., com a conseqüente e proporcional redução do capital social.
 4) Redução, pura e simples, do capital social da Sociedade, proporcional à sua parte não titulada pela Alcoa Alumínio S.A., com restituição aos demais acionistas do valor das ações por eles respectivamente tituladas.

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que, na eventualidade de falência ou insolvência de qualquer acionista, os demais acionistas comprometem-se a aportar os valores necessários à compra dos créditos na Sociedade e continuarão a administrar a Sociedade segundo os termos do referido Acordo.

(e) Estrutura de Financiamento
 De acordo com o Contrato de Concessão, os acionistas da BAESA assumiram certas responsabilidades específicas. A Sociedade financiará a implantação do empreendimento, recebendo a energia assegurada de 3.334 GWh por ano, após a entrada em operação da segunda unidade geradora. O financiamento proposto para o AHE Barra Grande está baseado em uma estrutura de "Project Finance", com garantias corporativas proporcionais, durante a fase de construção, e com garantias dos contratos de compra e venda de energia, durante a fase de operação, cujas características incluem os seguintes itens:

- 1) Recursos dos acionistas da Sociedade.
- 2) Financiamento no mercado local por meio de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
- 3) Emissão pública de debêntures.

(f) Direitos de Consumo de Energia
 O consumo de energia será compartilhado entre os acionistas da Sociedade, de acordo com sua participação no capital social.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações financeiras
 Consistem em aplicações financeiras e investimentos de alta liquidez e são demonstradas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Imobilizado
 O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção. Por ocasião do início das operações será depreciado de acordo com a vida útil-econômica dos bens e regras específicas determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

c) Empréstimos e financiamentos
 Os empréstimos e financiamentos, bem como os contratos de mútuo com partes relacionadas, incluem juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço.

d) Provisão para contingências
 A provisão para contingências está registrada pelo valor das perdas prováveis, com base na opinião da Administração e de seus consultores legais sobre os processos pendentes na data do balanço.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD
 Presidente
JOÃO LUIZ SERAFIM DA SILVA
 Vice-Presidente
OTÁVIO CARNEIRO DE REZENDE
CÍCERO MACHADO DE MORAES
OTÁVIO FREITAS FERREIRA

DIRETORIA

CARLOS ALBERTO BEZERRA DE MIRANDA
 Diretor-Superintendente e de Relações com Investidores
PAULO EDUARDO DE ALMEIDA GODOY
 Diretor de Engenharia, Construção e de Relações Institucionais

CONTADOR

MAURO SERGIO GASPARGAR – CRC SP 120914/S/RS

empréstimos de empresas relacionadas captados pela Sociedade e por ela recolhidos. Esses valores serão reembolsados pelos acionistas.
 (b) Valores referentes às últimas medições a pagar à Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. por conta e ordem do Consórcio Construtor (Unebar).
 (c) Os empréstimos com partes relacionadas foram efetuados com a finalidade de cobrir despesas e custos de construção e implantação da UHE Barra Grande, antes da entrada dos recursos de financiamento do BNDES. A esses empréstimos são aplicados encargos financeiros à taxa de 105% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI.
 (d) Dos custos totais incorridos com a obra (obra civil e obras para a colocação de equipamentos), R\$ 406.472 em 31 de dezembro de 2003 (R\$ 190.492 em 2002) foram despendidos com o Consórcio Unebar, cuja liderança é da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
 A Sociedade adquiriu certos insumos para a construção da UHE Barra Grande fornecidos por empresas ligadas a seus acionistas, notadamente aço e cimento, cujas compras em 2003 e 2002 montaram a, respectivamente, R\$ 25.043 e R\$ 9.068.

8. FORNECEDORES

	2003	2002
		(Não auditado)
Obras civis (a)	15.907	20.914
Equipamentos (b)	6.364	2.135
Desenvolvimento do projeto executivo	731	838
Custos sócio-ambientais	716	632
Administração do proprietário	728	148
Outros	139	19
Total	24.585	24.686

(a) Valor referente a saldo com a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (vide nota explicativa nº 7).
 (b) Inclui saldo de R\$ 1.147 (R\$ 187 em 2002) referente a saldo com a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos	Vencimento	Saldo longo prazo 2003
BNDES (A e C)	TJLP + 3,125%	Agosto de 2018	191.357
BNDES (E)	UMBNDDES + 3,125%	Outubro de 2018	153.339
Total			344.696

O contrato assinado entre a BAESA e o BNDES prevê a abertura de um crédito, dividido em cinco subcréditos, como segue:

- Subcréditos A e B - Recursos destinados à aquisição de equipamentos nacionais, cadastrados pela Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, nos valores de R\$ 74.768 e R\$ 2.608, respectivamente.
- Subcréditos C e E - Recursos destinados a despesas gerais para a implantação do empreendimento, nos valores de R\$ 183.756 e R\$ 184.250, respectivamente.
- Subcrédito D - Recursos destinados a despesas gerais para a implantação do sistema de transmissão associado ao empreendimento, no valor de R\$ 15.242.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da BAESA - Energética Barra Grande S.A. Porto Alegre - RS

1. Examinamos o balanço patrimonial da BAESA - Energética Barra Grande S.A. (empresa em fase pré-operacional), levantado em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas

	Provisão (a)	Depósitos judiciais (b)	Provisão (b)	Depósitos judiciais (b)
Cíveis	7.040	6.599	-	1.199

(a) Provisão referente a ações de proprietários cujas terras serviram de passagem para linha de distribuição e instalação de servidão aérea, no montante de R\$ 2.640 em 31 de dezembro de 2003, e a processos dos proprietários desapropriados, no montante de R\$ 1.973 em 31 de dezembro de 2003, além de honorários e custos advocatícios no montante de R\$ 2.427 em 31 de dezembro de 2003. Com base na opinião de seus consultores legais, a Administração acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas. A Administração e seus consultores legais entendem que eventuais decisões desfavoráveis relacionadas a esses assuntos não afetarão significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

(b) Referem-se a valores depositados judicialmente relativos à indenização por desapropriações das áreas de construção da UHE Barra Grande, classificados no ativo imobilizado como terrenos.

11. SEGUROS

A Sociedade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

	2003	2002
Descrição		
Garantia do executante construtor/fornecedor	34.045	34.045
Risco de engenharia e responsabilidade civil...	687.074	687.074
Riscos diversos	2.000	2.000

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de dezembro de 2003 é de R\$ 398.381, totalmente subscrito e integralizado, e sua composição é como segue:

	Quantidade	%
Acionistas		
Alcoa Alumínio S.A.	168.017.984	42,1752
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	35.854.290	9,0000
Companhia Brasileira de Alumínio	59.757.150	15,0000
DME Energética Ltda.	35.132.820	8,8189
Barra Grande Energia S.A. - BEGESA	99.618.756	25,0059
Total	398.381.000	100,0000

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados nas suas demonstrações financeiras. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades relativas à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para manutenção do capital de giro e suprimento do seu plano de investimentos. A Administração da Sociedade estima que os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos registrados em contas patrimoniais não apresentam diferenças significativas em relação aos reconhecidos nas demonstrações financeiras. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BAESA - Energética Barra Grande S.A. em 31 de dezembro de 2003, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 9 de janeiro de 2004.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
 Maurício Pires de Andrade Resende
 Contador
 CRC nº MG 049699/O-2 "S" RS

